

Cidadania, democracia e movimentos sociais: um balanço sobre os 40 anos de redemocratização

*Citizenship, democracy and social movements:
an overview of the 40 years of redemocratization*

Sara da Silva Freitas

Doutora em Sociologia pela UNICAMP. Professora da UFRB

Janaína Aliano Bloch

Mestra em Sociologia pela USP. Cientista Social

Resumo: Este artigo faz um resgate teórico das diversas concepções dos movimentos sociais, ONGs, atores da sociedade civil, a fim de compreender as dinâmicas do contemporâneo. Nosso objetivo é buscar na teoria clássica sobre movimentos sociais elementos que nos permitam entender a ascensão de movimentos de extrema direita no Brasil e na América Latina. Tomando como base a incorporação das ONGs pela esfera privada, coloca-se a seguinte questão: quais são os desafios colocados à gestão de políticas públicas em contextos em que a sociedade civil se engaja nestes processos cumprindo um papel de mero prestador de serviços? Como as novas questões estão se desenhando? Como resultado do levantamento teórico percebemos como os diversos atores foram incorporados ao debate e foram modificados em seus discursos e atuações. Tendo em vista que esta não é uma análise sobre um caso específico, mas sobre um debate mais amplo que engloba tanto o passado quanto o presente, a intenção do artigo é lançar uma visão panorâmica acerca de algumas questões que ainda permeiam nossa sociedade, como também a possível novidade do contemporâneo.

Palavras-chave: Movimento Social. Redemocratização. Sociedade civil.

Abstract: This theoretical article analyzes the array of conceptions of social movements, NGOs, and civil society actors, to understand the contemporary dynamics. Our objective is to uncover the social movement classical theory literature elements that allow us to understand the rise of far-right movements in Brazil and Latin America. Considering the role of NGOs in the private sphere, this paper examines the following questions: what are the challenges posed to the management of public policies in contexts in which civil society engages in these processes, serving as a mere service provider? How are the new questions emerging? The purpose of this article is to unveil the impact of those issues that still permeate our society. As a result of our analysis, we uncovered how the various actors got incorporated into the debate and modified their speeches and actions. This is not an analysis of a specific contemporary case but a reflection of past and present debates.

Keywords: Social Movement. Redemocratization. Civil society.



1 Conceituando os movimentos sociais: conflito de posições

Esse texto procura traçar um breve olhar, fundado nas diferentes análises e conceitos, de autores diversos, dentre os quais podemos destacar Alan Touraine (1977; 1989), Mellucci (1989), Ilse Scherer-Warren (1996) e outros que tematizam sobre os movimentos sociais em seu aspecto teórico e, principalmente, seu papel nas transformações sociais.

Para começar, tentamos definir o conceito de movimento social, e como esses são trabalhados quanto à sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade. Assim, tomaremos a definição de Gohn (1995, p.44), para quem os movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Contudo, segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p. 49-50), têm emergido novos movimentos sociais:

que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como campo da política institucional: o governo, dos partidos políticos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Sob o olhar de Touraine (1977; 1989), Gohn (1997) coloca que movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, às mudanças na esfera social e cultural. E cita nas palavras de Touraine(1977, p. 35):

Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou a libertação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Ou ainda:

Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu

coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (Gohn, 1995, p. 145).

Tentando construir categorias gerais de análise social, Touraine continua com a definição de comportamento coletivo, de lutas e de movimento social. E reforça a importância de que as análises destes conceitos deveriam estar relacionadas às complexidades específicas, ou seja, à historicidade. Ele assinala que a historicidade se refere à capacidade dos sujeitos construírem suas práticas. Os significados dos comportamentos coletivos estão necessariamente afastados dos atores. Na verdade, esses significados são heterogêneos e, por isso, acabam por se orientar por algum chefe específico ou por imposições econômicas ou políticas.

Ainda segundo o autor, os agentes de mudança não podem mais se definir globalmente. As lutas urbanas contemporâneas mostram as limitações, e servem de contraponto a uma “história geral”. As lutas seriam cada vez mais importantes, quanto mais elas se aproximam do acesso ao poder de decisão. Contudo, tais lutas não seriam respostas, mas sim iniciativas.

Para Touraine (1977; 1989), os movimentos sociais lutam pelo controle de modelos culturais, sendo assim, seriam uma ação conflituosa, definidos por orientações culturais, e assim, transformada em organização social.

Tarrow (1994) coloca os movimentos sociais como expansão da atividade política a partir do século XIX, com interesses próprios, lutam por mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violência, protestos *etc.*

É nessa última direção, que aponta o pensamento de Antunes (1997, p. 86), ao reafirmar as potencialidades conflitivas dos novos movimentos sociais com as relações de produção capitalistas, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido:

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido.

A visão de movimento social desconectada do conceito de classe e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, poderia representar uma preocupação com a condição do indivíduo/individualidade. No entanto, esse modo de particularizar os movimentos, sem levar em consideração toda a gama de exploração pela lógica do capital, e que todo e qualquer movimento, que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, podem ser absorvidos pela institucionalidade e, assim, assimilados e recrutados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.

Assim, inicialmente, os movimentos sociais são vistos como mediadores na busca de respostas, procurando sair de questões do dia a dia para uma perspectiva maior, como coloca Antunes (1997, p. 117),

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.

E o autor continua, para que os novos movimentos sociais possibilitem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações globais sem se perder em ações particularizadas. Essas são importantes se estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade.

E segue, os movimentos não devem se restringirem às lutas setoriais, desarticuladas, pois, podem representar ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais. Assim, há necessidade de ações locais e globais. Para tanto, ressalta Antunes (1997, p. 81), de forma acertada que:

É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre nenhuma possibilidade de se constituir num elemento estruturante.

2 Os movimentos sociais como tradução da sociedade civil: a tal chamada cidadania

Não há uma definição única e universal sobre movimentos sociais (GOHN, 1997) entendem-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas a reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho. A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas pelos movimentos e organizações sociais das décadas passadas, que reivindicaram, sobretudo, direitos e espaços de participação. Nesse processo desenvolveu-se a concepção de cidadania, como uma categoria coletiva, como bem destaca Telles (1994), há "o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas."

Doimo (1995), em seu trabalho *"A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 1970"*, nos fornece elementos sobre os movimentos sociais no Brasil ao revelar e como estes carregaram uma ambiguidade que formatou um campo ético-político que ocasionou na abertura democrática. Diferente do debate europeu sobre os novos movimentos sociais, centrado na crise do Estado de bem-estar social e das transformações da sociedade industrial, a autora foca sua discussão tanto para a negação das instituições estatais quanto na reivindicação de direitos que próprio Estado pode e deveria promover. No centro da sua teoria encontramos a categoria de ação-direta, por acreditar que esta seria a marca comum desses novos impulsos participativos. Apesar dessa noção ser muito ambígua para pensar os movimentos, por ser, a ação que não estaria mediada pelo Estado, Doimo (1995) a direciona especificamente aos movimentos sociais. Definindo assim um tipo de ação direta e participativa, que surgem em locais inesperados como o mercado, a cultura etc. É nesse sentido que percebemos a ambiguidade da ação-direta, por necessitar do Estado e de sua estrutura para agir.

Assim, os movimentos sociais surgem e lutam no interior de esferas autônomas (Estado, Mercado), entretanto, os mais expressivos códigos, idiomas e narrativas usados por eles, independem de sua posição

estrutural nessas esferas específicas, dependem de sua capacidade de articular suas demandas para a sociedade, da forma de como se comunicam com o todo da sociedade. Nesse sentido, usamos as reflexões de Melluci (1994), para destacar que os movimentos sociais devem ser compreendidos como respostas à possibilidade de construir problemas convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa realidade ao conjunto da sociedade.

Sade (1995) vê os movimentos como uma modalidade da emergência das classes populares em São Paulo e uma dessas características era a diversidade de origem. Foi essa mesma diversidade que garantiu que os movimentos não fossem reduzidos por alguma forma superior. Como ocorreu, por exemplo, no interregno democrático que se inicia com o fim do Estado novo em 1945 e termina com o golpe de 1964. Ao longo desses 19 anos, também havia a diversidade das manifestações sociais de operários urbanos, trabalhadores rurais, posseiros, que ainda permaneciam na órbita do Estado, ainda impregnado do intervencionismo getulista, ou de partidos políticos.

O autor vai nos mostrar como nos anos 1970 a Igreja Católica teve presença forte em vários movimentos com sua rede de agentes pastorais. Mas o peso concreto das práticas dessas pessoas residia nas matrizes discursivas da Igreja que trazia, criando, assim, novas formas de expressão. Da mesma maneira o novo sindicalismo também teve sua origem na estrutura sindical dada pelo Estado, mas conseguiu reivindicar autonomamente novos direitos que não eram aceitos pelas empresas e pelo próprio Estado. Para o autor, essa diversidade pode ser representada por quatro movimentos que ele aborda em seu livro. São eles: Clube das Mães, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a oposição metalúrgica em São Paulo e o movimento de saúde da zona leste. Mas aqui, as reflexões recaem sobre o papel da igreja como agente de transformação.

Como bem observa Doimo (1995) a recuperação da capacidade ativa do povo e seus desdobramentos – uma forma de práxis sócio política - contou de sobremaneira com toda organização material e simbólica da igreja católica, que para além dos impulsos internos da ala progressista

do clero, também tinha interesses no âmbito da participação movimentalista.

Historicamente, a Igreja esteve sempre vinculada às classes dominantes das esferas política e econômica. No entanto, a partir dos anos 60, com a repressão militar, não só no Brasil como em toda a América Latina, a igreja passou a se constituir como espaço público para desfrutar de certa autonomia e liberdade. A estrutura capilar da igreja, espalhada por praticamente todo território nacional, fez com que a instituição tivesse consciência dos excessos cometidos pela ditadura e de seu impacto nas cidades e no campo. Nessa época, a participação dos leigos nas igrejas também cresceu por conta da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC). Surgem também nesse período as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

No início dos anos 1960, a encíclica *MATER ET MAGISTRA* traz um apelo à autonomia da sociedade em relação ao Estado, ao mesmo tempo, que coloca a necessidade de se criarem corpos e organismos intermediários mostrando a necessidade de revitalização da sociedade civil – seu espaço por excelência de atuação. Já a encíclica de 1966, é voltada ao povo latino-americano, esse clama por autonomia da sociedade contra o totalitarismo e o liberalismo, é seguido da valorização do papel das organizações profissionais e culturais e do apelo à ajuda internacional como meio de constituição do povo como sujeito.

Doimo (1995) destaca três fatos importantes no Brasil que marcam essa efetiva posição da Igreja:

1. A campanha de esclarecimento público de 1973 sobre os direitos humanos no Brasil;
2. O documento *"Escutai os clamores do meu povo"*, subscrito por bispos e religiosos do Nordeste;
3. O documento *"Marginalização de um povo"*, dos bispos de Goiás e do Centro Oeste.

Coerente com esse projeto modernizante da igreja e para a então nascente "igreja popular" o papel do leigo é revisto, sendo-lhe atribuído um papel muito mais ativo, destacando na realização de "serviços pastorais e até monastérios laicais". Assim, tradicionais apostolados leigos

entram em decadência enquanto crescem modalidades de reflexões teológicas como a teologia da libertação, as organizações como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e as pastorais. Por outro lado, também há a criação de pequenos organismos ou centros voltados à organização das relações locais, fruto do impulso descentralizador do Vaticano II.

Para Doimo (1995), essa nova concepção de leigo faz parte da valorização do profissionalismo e a igreja exerceu seu papel direcionado aos notáveis brasileiros, amplamente amparada pela coalizão de interesses contra a ordem sociopolítica vigente.

Doimo (1995) interpreta a mudança de postura da igreja em relação aos problemas sociais, como um projeto político cujo objetivo seria manter o poder, pois o ponto era adaptar-se às demandas do momento ou ver o seu quadro de fiéis diminuir drasticamente, com a distância que se criaria do debate da sociedade. Segundo Doimo (1995), a igreja católica foi a instituição mais presente nos anos gloriosos dos “movimentos populares”, porque contava com capital e uma rede sólida formada com as organizações de base nas “áreas populares”.

As novas práticas políticas inauguradas pelos movimentos sociais, e as questões colocadas redefinem o espaço da política. A política não é mais uma atividade exclusiva do Estado, mas da sociedade como um todo. Temos aqui o momento da política onde a luta por direitos passa a ser o fio condutor desses movimentos, um novo padrão de cidadania passa a ser construído, o sentido de “ter direitos a ter direitos”, de participar da definição das políticas nacionais – luta pela anistia, diretas já, constituição de 1988, assim como o movimento *pró-impeachment* de Collor – passa a ser a bandeira desses movimentos.

Assim, a “Rua” passa a ser palco de diversas emergências e repertório dos movimentos sociais, a política das ruas (Alonso, 2017), sendo sintomáticas as manifestações ocorridas em junho de 2013. Essa data passa a ser considerada um marco na política brasileira. Um movimento que foi às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, tomou uma dimensão não imaginada pelos seus organizadores iniciais. Um movimento de massas que podemos comparar ao número de

peçoas com o das Diretas Já, mas com relação ao significado político, este assume vários aspectos.

No domínio da Ciência Política, surgem diferentes conceitos sobre o que aconteceu no pós 2013. Avritzer (2016) traça um panorama sobre os impasses da democracia, que vai desde o processo de institucionalização da participação, até a quebra desta. Isto se dá justamente quando estouram em junho de 2013 movimentos de ruas; que foram tomados por outros movimentos de classe média e por segmentos de elite e de direita no país. Movimentos esses que precisam ser mais bem observados no próprio âmbito da sociedade civil, como por exemplo, movimentos empresariais que há algum tempo vinha se organizando com outras organizações do campo da sociedade civil, de caráter mais democrático *etc.*

Alonso (2017), em seu artigo sobre a Política das ruas, traça um panorama sobre as ações movimentalistas, seja na época das diretas já, do Impeachment de Collor, ou nas manifestações recentes. No que se refere a 2013, a autora enfatiza que os atores construíram performances políticas de acordo com três repertórios de confronto. O primeiro repertório seria o socialista, com bandeiras vermelhas, megafones e organização vertical. O outro modelo seria o autonomista que seriam aqueles que têm como base o movimento por justiça global, dando uma repaginada em *slogans* e discursos anarquistas. Um repertório que combinou estilo de vida alternativo – anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de objetos e de espaços. Caracterizando ainda por ser antiestatismo e anticapitalismo. Um dos símbolos desse tipo de repertório são as táticas *black block*, que responde por ações performáticas e diretas. O último repertório, analisado por Alonso (2017), é o patriota. Que de acordo com a autora fora menos notado em 2013, embora a raiz nacionalista estivesse posta com raízes em tradição local. Esse repertório recupera simbologias nacionais usadas em dois outros grandes movimentos – como o Fora Collor e as Diretas Já!

Nas Diretas já, movimento contra a ditadura militar buscou se a disputa pela pátria, aí o símbolo utilizado fora a Bandeira. Cores e hino

nacional. Já no movimento fora Collor os símbolos foram os “caras pintadas”, como destaca Alonso (2017. p. 50)

“as agendas destes dois movimentos são distintas. Em 1984, além da eleição presidencial, estavam em jogo condições de vida urbana (saneamento, saúde, transportes, educação), trabalho (salário, emprego) e cidadania. Já em 1992, o assunto era corrupção, na linha da “ética na política” e foco no *impeachment* do presidente”.

Há assim, um conjunto de mobilizações distintas, mas à luz do texto de Alonso (2017), onde esta observa que foi ao longo desses estilos distintos de ativismo que se combinaram, e se constituíram, que se construiu elementos e combinações distintas dos repertórios.

3 Movimentos Sociais e ONGs

Como na maioria das sociedades latino-americanas, as lutas do Brasil de hoje são disputadas em torno de projetos alternativos de democracia. Os movimentos sociais participaram profundamente dessa luta, desde o começo do regime autoritário no início dos anos 1970. As décadas de 1970 e 1980 marcam um novo quadro organizativo na história das organizações civis no país. Esse novo quadro configurou-se pela abertura de canais institucionais de participação e representação política. Contudo, não se pode considerar que estas organizações surgiram somente como reação da ditadura. O cenário autoritário configurou uma situação extrema que já vinha sendo gestada pelos variados atores sociais que reivindicavam de alguma forma participação política.

Durante o período autoritário no Brasil, os grupos de oposição se destacaram com uma atuação “contra o Estado”. Os inúmeros movimentos sociais que nasceram ou se desenvolveram nessa época (movimentos sindicais, direitos humanos, moradia, saúde etc.) não tinham até então espaço para atuarem como parte ou junto ao poder público. No entanto, esse quadro foi se transformando e, com a lenta e gradual abertura política, esses movimentos sociais buscaram construir um projeto alternativo de democracia. Uma dessas facetas foi o estabelecimento entre os movimentos sociais e a arena política institucional formal, permitindo que demandas e discursos fossem

transformados em itens nas plataformas dos partidos e, posteriormente, em políticas públicas (Teixeira, 2003).

Também tivemos nesse período, fim dos anos 1970, outros sujeitos que vieram ao encontro dos educadores populares nos centros de promoção social. Eram pessoas oriundas de organizações e movimentos marxistas, extintos ou em crise, gente que passara por perseguições, ex-quadros do movimento estudantil que, em virtude da ditadura militar, retornavam ao ativismo e carreiras interrompidas.

Eles trazem novas competências para os centros, suas qualificações possuem um significado importante dado o fato de que nesse momento, na virada dos anos 1970 para os 1980, essas entidades direcionavam seus esforços para uma atuação próxima de movimentos sociais que cresciam no Brasil, tais como a luta pela reforma agrária empreendidas no interior do país, assim como as lutas por moradia e saúde originadas na periferia dos grandes centros urbanos. Nesse período, muitas dessas organizações passaram a se reconhecer como centros de assessoria e apoio aos movimentos sociais. Nessa mesma época também chegaram ao centro pessoas vindas das Universidades, dentre as quais se destacavam sociólogos e antropólogos com suas competências específicas: embasamento teórico e habilidade com pesquisa. Aqui está o embrião das ONGs.

O leque de novos atores que buscaram nos centros espaços de ativismo político e campo de atuação profissional completa-se com a volta dos exilados em 1979, em virtude da Lei de Anistia, promulgada naquele ano. Segundo Landim (1998), vários desses atores chegaram com ONGs na mala, como foi o caso, citado por ela, da criação do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) por Herbert de Souza, o Betinho, que havia voltado do exílio com ideias e contatos internacionais prontos para fundar uma entidade com objetivos, àquela altura, heterodoxos. Ao invés de uma ação diretamente ligada ao cotidiano das bases, propunha o acompanhamento de políticas governamentais, com disseminação das informações para os meios populares.

Para além das distinções já estabelecidas com relação às tradicionais entidades de assistência social, à Igreja e à universidade, uma nova

fronteira precisava ser demarcada para a definição de uma identidade própria. Tratava-se da relação com os movimentos sociais. O envolvimento dos centros com o campo dos movimentos sociais, e com os partidos políticos aí presentes, contribuiu para sua afirmação na cena pública brasileira, na esteira do processo de democratização que se dava no início dos anos 1980. Entretanto, havia um risco, percebido pelos membros dos centros, de perderem a sua especificidade, o seu papel próprio, distinto dos movimentos e dos outros espaços de militância política ou partidária.

Por essa razão, sem deixar de se identificar com determinado pólo do campo político de oposição, nem cortar suas ligações com os movimentos sociais, os centros investiram na construção de uma autonomia em relação a eles. Com essa operação, os centros de educação popular e promoção social, que vinham sendo criados desde os últimos anos da década de 1960, e haviam construído progressivamente sua autonomia como espécies particulares de agentes do campo da ação social, concluíram a edificação das bases para a definição de uma identidade própria.

Scherer (1996) destaca que, em meados dos anos 1980, completa-se o processo de remodelação da autopercepção dessas organizações. Contribuiu significativamente nesse processo a descoberta dessas entidades pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que intensificaram nesse período programas em colaboração com entidades dessa natureza, tendo como justificativa a sua confiabilidade e eficácia, que se realçavam mais em contraste com a corrupção que caracteriza a atuação dos governos em diversos países periféricos. Fernandes (1994) destaca, inclusive, que a denominação organização não-governamental provém da terminologia utilizada pelo Sistema das Nações Unidas.

Assim, intensificam os programas de colaboração internacional e criam-se as ONGs voltadas à implementação da “educação popular”. Sendo o pano de fundo a reorientação da “política de ajuda” que antes passava pelo crivo do Estado, agora se faz necessário, passar pelo âmbito da sociedade civil e a conseqüente formação do “povo como sujeito de sua própria história”.

Desde o ano de 1985, temos vivido no Brasil um processo de redemocratização, após vinte anos de ditadura militar. Esse processo reflete e refrata o fortalecimento de um conjunto de movimentos sociais, articulados no período da ditadura, na luta contra o Estado autoritário (Dagnino, 1994; 2002; Carvalho, 2002). Em 1989, há a eleição de Fernando Collor à presidência da república, que vem marcar a adesão do país aos programas de ajuste estrutural empreendidos sob a égide do neoliberalismo e voltados para a estabilidade monetária e a redução do déficit fiscal (Dagnino, 2002; Sader, 2003). No que se refere às políticas sociais, tais ajustes ocasionaram uma redução dos gastos públicos com bem-estar (Carvalho, 2002; Paoli, 2003; Sader, 2003).

A adesão do Brasil aos programas de ajuste estrutural aconteceu num momento em que o neoliberalismo assumiu um caráter predominante como modelo de política econômica adotada em diversos países do mundo (Sader, 2003). Essa predominância pode ser explicada, sumariamente, por duas razões, uma de ordem econômica e outra de natureza política.

No que se refere ao contexto econômico, pode-se afirmar que a construção da hegemonia neoliberal se dá a partir dos anos 1970, num quadro marcado por um ciclo recessivo do capitalismo mundial. Desde 1973, com o primeiro choque do petróleo, o capitalismo internacional vem combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. É a partir desse momento que presenciamos a crise do modelo de desenvolvimento econômico fordista, caracterizado, dentre outras coisas, pela edificação do Estado do Bem-Estar Social (Lipietz, 1991; Sader, 2003).

Quanto ao plano político, a predominância das ideias neoliberais foi possível graças à crise do chamado campo socialista, com o declínio do socialismo real (Sader, 2003). Como bem destaca Sachs (1999), após a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, o crescimento do princípio do mercado nos levou a uma situação tal como se o mundo estivesse retrocedendo ao período anterior a 1929, colocando em suspenso o pacto fordista e o consenso *keynesiano*.

No Brasil em específico, a partir da segunda metade dos anos 1980, temos ao mesmo tempo o processo de democratização e a adesão ao

programa neoliberal. Revelando a existência no país de diferentes projetos políticos que, apesar de matizes, podem ser agrupados em dois grandes blocos (Dagnino, 2002). De um lado, um projeto democratizante e participatório, cujas características principais são a luta pelo fortalecimento da democracia direta e a busca de novos mecanismos de articulação desta com a democracia representativa, visando em última instância o controle social do Estado pelos cidadãos, ou, como pretende Santos (1999), a reinvenção solidária e participativa do Estado.

De outro lado, um projeto neoliberal, que aponta para a crise fiscal do Estado, ou seja, sua incapacidade de fazer face aos gastos públicos, ganha forma na retórica do Estado Mínimo (mais ou menos). Na prática, isto significou a ausência progressiva do poder público enquanto garantidor de direitos e de formulador de políticas públicas universais. Ao mesmo tempo, transferia-se para a sociedade a postura de responsabilidade social, no sentido de encontrar meios próprios para o enfrentamento de graves problemas que assolavam o país.

É curioso observar, como faz Dagnino (2002), que tanto o projeto político democratizante, quanto o neoliberal, requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, mesmo que essas qualidades possuam significados distintos no interior de cada um deles. A valorização da sociedade civil em ambos os projetos se faz inclusive utilizando-se um mesmo conjunto de conceitos, a exemplo de cidadania e participação, configurando assim o que Dagnino (2002) considera uma confluência perversa. Na mesma linha, Sader (2003) nomeia este fato de coincidências perigosas.

Essa confluência perversa apresentou um efeito direto sobre as ONGs. Elas entraram em uma encruzilhada, passando a viver uma crise e sendo obrigadas a renegociar com sua identidade. Surgiram reflexões, oriundas de vários setores da sociedade, de jornalistas a intelectuais, que buscavam a desconstrução ou reelaboração dessa identidade. Emir Sader, por exemplo, coloca a questão: “*ONGs ou movimentos civis?*” (Sader, 2003b), ao passo em que Francisco de Oliveira lança a pergunta: “*Para onde vão as ONGs da democratização?*” (Oliveira, 2002).

3.1 ONGs: um breve histórico

No Brasil, o surgimento das ONGs remonta ao período do regime militar, nascendo como assessoras dos movimentos populares. Sua origem data os anos 60, tendo um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Ano de constituição formal das associadas à ABONG¹

	Nº de Respostas	%
Até 1970	10	5,1
1971 – 1980	26	13,3
1981 – 1990	96	49,0
1991 – 2000	64	32,6

Fonte: Base = 196 /n: FREITAS, 2016, p. 49.

Como podemos perceber na Tabela 1, a década de 1980 constitui um marco importante para essas organizações. Elas passaram a ser vistas não somente por sua atuação nas políticas sociais – recebendo, muitas vezes, prêmios internacionais pela forma como conduziram e pelos resultados obtidos na condução dessas políticas – mas, também, pelo próprio Estado brasileiro, que passou a ver nas ONGs a solução para o problema na execução das políticas sociais, pois elas eram pequenas, honestas, competentes e flexíveis. Essa ideia passou a ser disseminada no período de Fernando Collor e aperfeiçoada nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, expressando a tendência de reforma e ajuste neoliberal, transferindo sem uma discussão aprofundada para a sociedade civil, a responsabilidade pela atuação e condução das políticas sociais.

Atualmente, as ONGs brasileiras estão inseridas não somente numa rede de relações institucionais em âmbito nacional, como, também, em nível internacional. Essas parcerias não são resultado puramente de vínculos financeiros, mas de ideias e projetos comuns.

¹ Perfil das Filiadas a ABONG 2002. São Paulo, ABONG – 2002 In: Freitas, 2016, p.49

O caráter inicial de terem surgido inexistente nessa nova fase das ONGs, reconhecidas institucionalmente por meio da lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sancionada em março de 1999, passando a pleitear recursos financeiros junto ao Governo, tornando – se parceiros². As ONGS "nascem contra o Estado e de costas ou à margem do mercado" (Souza, 1991, p. 7)

A sociedade brasileira é marcada pela enorme desigualdade, e toda transformação ocorrida fundou outras desigualdades, constatadas nas distâncias entre os muito ricos e os muito pobres. A financeirização das economias retirou a autonomia do Estado, produzindo uma autonomização do mercado. Assim,

As políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda – que foi lograda ao longo da experiência do Welfare, não tenhamos o falso pudor de admiti-lo, como os partidos comunistas não quiseram reconhecer o papel do reformismo social – democrata – e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza. Trata-se de um Estado de Exceção (...) todas as políticas do Estado são de exceção: O fome zero é o marketing como política. Mesmo uma "política" contra qual ninguém pode colocar-se; vale-gás, por reconhecer que o gás de cozinha é insubstituível, mas não se tem dinheiro para comprá-lo; o salário-mínimo não pode aumentar porque arromba as contas da previdência; a cópia brasileira das chamadas políticas afirmativas, de que as cotas para negros na universidade pública (...) é uma política de exceção que revela a derrota de um projeto de integração. A síntese é a dependência financeira externa do Estado, que come 9% do PIB como serviço da dívida, equivalente a mais da metade do coeficiente de inversão. É a exceção do Estado ou o Estado como exceção (OLIVEIRA, 2003 p. 11; 2004 p. 19-20).

A parceria entre Governo Federal, à época no governo FHC, e ONGs rendeu 7,50% sobre o orçamento total destas organizações. No entanto, esse valor tende a ter um aumento significativo, haja vista que, os organismos multilaterais (FMI, BIRD) e as agências internacionais de cooperação, apesar de responderem ainda, por mais da metade do financiamento dessas organizações, estão se retirando e se concentrando em outros países da América Latina e da África. O que

² A transferência de políticas sociais para as ONGs no período FHC, através do seu processo de 'publicização', por meio da criação da lei das OSCIPs pela qual as organizações sociais assumiriam tarefas estatais, foi uma ação muito preciosa segundo o ex-ministro da reforma do Estado, o economista Bresser Pereira. Só que, na realidade, esse procedimento não levou todas as ONGs filiadas à ABONG, a se inserirem nesse processo, segundo pesquisa que realizei em minha monografia junto a organizações filiadas a ABONG. A não participação nessa Lei (OSCIPs) por parte das ONGs filiadas à Abong, seria resultante de uma política estatal ainda muito burocratizada, e sem retornos sociais concretos. O Estado veria essas organizações muito mais como prestadora de serviços do que parceiras na elaboração, gestão e monitoramento das políticas sociais. Seria mais um discurso para disfarçar os problemas sociais do país, do que realmente uma lei que os resolvesse.

coloca como opção de parceria, o Estado nas suas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) o financiamento irá variar de acordo com o projeto, que nem sempre é o proposto pela ONG, mas sim, pelo governo.

O governo brasileiro passou a investir nas ONGs a partir do ano 2000, resultado da implementação da política neoliberal implementada no país, onde prevê a retirada do Estado na elaboração das políticas sociais. A rigor, o Estado entraria com recursos, tornando-se parceiro de organizações do chamado terceiro setor, ou, mais especificamente, das ONGs. Num discurso de democracia participativa, o governo de FHC chamou as ONGs para, em conjunto, construírem um novo modelo de política social.

Assim, nos anos 1990 e início dos anos 2000, o que percebemos é uma verdadeira “onguização” da sociedade e da política social, estas organizações concorrem com o Estado e com os partidos políticos, na formulação de políticas focalizadas e até em quem vai distribuir alimentos.

Nascidas como porta vozes da nova complexidade na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações transformaram-se em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do que quer dizer “social” e “política”. Isto se ampliou até as novas organizações da “ética empresarial” que propõem “selos” especiais de certificação da ausência de exploração do trabalho infantil, como a Fundação Abrinq, ou o Instituto Ethos que reúne exatamente as empresas com “responsabilidade social”. (OLIVEIRA, 2001, p. 41)

4 À guisa de conclusão

Kowarick (2002) nos fornece elementos para pensarmos esse ponto colocando que no percurso das décadas passadas foi consolidada no país a democracia política com todo seu aparato. No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre os direitos civis

No que se refere à igualdade perante a lei e a própria integridade física das pessoas, bem como seus direitos sociais, como acesso à moradia digna, serviços médico hospitalar, assistência social e níveis de remuneração adequados, para não falar no desemprego, nas múltiplas modalidades arcaicas e modernas de trabalho precário, autônomo e assalariado ou na enorme fatia das aposentadorias que produz velhices marcadas pela pobreza” (Kowarick, 2002, p. 10).

O autor afirma que não só os sistemas de proteção foram restritos e precários, como também houve um desmantelamento de serviços e novas regulamentações que resultaram na perda de direitos adquiridos. Assim, Kowaric (2002) reafirma que os *déficits* nos aspectos, sociais e econômicos da cidadania se mantiveram amplos, e ressalta a importância do campo de investigação centrado na questão da fragilização da cidadania, entendida, está como a perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos, que garantiam um mínimo de proteção pública para grupos carentes de recursos enfrentarem a vida nas metrópoles. E nos coloca a pergunta: “*qual é nossa questão social?*” E responde: “Há várias”, mas o que ainda nos chama a atenção é a dificuldade de expansão dos direitos de cidadania. Eles estão garantidos na lei, no entanto, esta não assegura a sua verdadeira efetivação.

Nesse debate, Kowarick (2002) também reflete sobre elementos importantes para pensarmos a exclusão social. O autor relaciona o conceito à despossessão de direitos civis. Mas coloca que o processo de exclusão social ocorre lentamente e continuamente em nosso dia a dia, tendo seu primeiro momento na segregação socioespacial, na qual o lema é evitar o diferente, pois a mistura social é vivenciada como confusão. Já em um segundo momento assinala a desqualificação ou destituição do outro, tido como diverso e potencialmente ameaçador. Assim, Kowarick (2002) segue pelo caminho de Hannah Arendt (1951), que relaciona exclusão ao processo de estigmatização e discriminação e em última instância, de negação de direitos. Dessa forma, a exclusão social toma seu contorno mais cruel. Não se trata apenas de isolar ou banir, mas de negar ao outro o direito de ter direitos.

A questão da igualdade, liberdade e democracia são colocadas pelos movimentos sociais, principalmente a questão da igualdade. Estes se constituem como lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem as mesmas carências. Essa vivência em comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, implica na passagem da pessoa para o plano público e não privado. Para Durham (1984), esse

reconhecimento se inicia dentro do grupo, na qual há a valorização da participação de todos, onde todos devem falar, opinar, decidir, enfim acontece um processo de constituição do sujeito da pessoa na esfera pública. Tilman Evers (1984) reconhece em seu trabalho esse caráter social nos movimentos, isso porque cria-se uma nova prática coletiva que passa a fazer parte integrante da vida pessoal e social que fundamenta novas representações. Como, no caso, da cidadania que se coloca na dimensão de direitos. Para Durham, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito.

Isso configura o que Durham (1984) caracteriza como “amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania”. Atores se fazendo na luta e não agentes como produtos da estrutura. A valorização da cultura em substituto à ideologia mostrando seu entrelaçamento com a noção de política. No mesmo sentido das reflexões de Evers (1984) pela valorização de uma microcultura constituída de pequenos espaços onde o poder não é considerado o elemento fundamental de transformação social.

Os movimentos sociais, com especial olhar para aqueles ligados ao urbano, constituem observatório privilegiado para o estudo dos processos de constituição da cidade enquanto espaço de construção da identidade do sujeito cidadão/ cidadão em relação às representações do espaço urbano. Coloca-se a questão da luta pela moradia e o direito à cidade (Lefevre, 1968), enquanto modalidade de inserção dos atores sociais nas práticas urbanas.

Para Jacobi (1989), os movimentos têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir de uma construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada com a ampliação do espaço da cidadania, cristalizando o significado de cidadania não somente em termos de conquistas materiais. Assim, para Durham, está em curso um processo coletivo de construção da cidadania em que é pressuposto a participação política e o fundamento de avaliação da legitimidade do poder.

Esta questão está longe de ser simples. É na diferença de dois momentos que temos a medida das complicações atuais. A articulação entre esses dois momentos se dá com a questão da constituição das classes e dos sujeitos políticos. Neste ponto, encontramos a questão da constituição do espaço da política, o movimento de representação, de reconhecimento. Para tanto, é necessária a constituição de um equivalente geral que permita a construção de um discurso identificador de classe e a definição, em disputa, da medida dessa mesma relação. O “elo perdido” referia –se às mediações políticas, que não chegaram a se completar. Trata –se das incompletudes do contrato mercantil que não se generaliza como regra da sociabilidade de classe. Significam a impossibilidade da própria constituição das classes como identidade e representação.

Em um momento em que essa equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foram quebrados, é preciso reconhecer que isso muda as formas de lidarmos com o debate atual, faz-se necessário construirmos um plano de referência e um espaço conceitual que permita figurar os processos em curso, outras relações e campos de força para percebemos as atuais configurações do mundo social.

Bloch (2008) pontua que é primordial os questionamentos da ação governamental, a crítica ao governo estatal e o esforço para compreender a engrenagem da globalização, pelos movimentos sociais. O capitalismo está cada vez mais complexo, a exploração se acentuou e a participação política não se limita às eleições.

Ainda que estejamos vivendo um amplo processo de mudanças, a existência de Movimentos Sociais assinala que no cenário atual os processos de vulnerabilidade e descidadanização continuam em curso.

Por fim, as exposições realizadas aqui sobre a participação e importância dos movimentos sociais e das ONGs na construção da democracia brasileira nos demonstra que o chamado campo movimentalista diversificou suas estratégias de atuação com o objetivo de reinventar o Estado e outros canais da política. E, como os movimentos sociais e as ONG vêm contribuindo para a renovação da gestão pública nos últimos anos.

Referências

- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, n. esp, p. 49-58, 2017.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- AVRITZER, L. **Sociedade Civil e democratização.** São Paulo: Ed. Del Rey, 1994.
- AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. **Novos Estudos**, n. 53, p. 167-188, mar. 1999.
- AVRITZER, L. **Os impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BLOCH, J. A. **O direito à moradia:** um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, M. **The Power of Identity.** Oxford: Blackwell, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In:* _____. **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, E. "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades". *In:* _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DURHAM, E R. A construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo, p. 24-30, 1984;
- EVERS, T. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo, p.11-23, 1984.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FREITAS, S. S. **Nos labirintos da participação:** um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo. São Paulo: Paco, 2016.
- GOHN, M. G. M. **Teorias dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. G. M. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995a.

GOHN, M. G. M. A Contribuição de Alain Touraine para a Produção do Conhecimento na Sociologia. In: ANPOCS. GT 1: Cidades: Sociabilidades, Cultura, Participação e Gestão. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006.

JACOBI, P. Atores sociais e Estado. **Espaço e debates**, v. 9, n. 26 1989.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos** n. 63, jul., p. 9-30, 2002.

LANDIM, L. "Experiência militante: história das assim chamada ONGs". In: _____ (org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência**. Rio de Janeiro, NAU, 1998.

LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1968.

LIPIETZ, A. **Towards a New Economic Order: post-fordism, ecology, democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MELLUCI, A. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 1994.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

OLIVEIRA, F. Exposição no painel Caminhos da institucionalização: cooperação internacional, Estado e filantropia. **Cadernos de Pesquisa CEBRAP**, n. 6., 1997.

OLIVEIRA, F. "Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza". In: ONGs: identidade e desafios atuais. **Cadernos Abong**, n. 27. São Paulo, ABONG-Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, F. "Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?" In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo, Abong-Peirópolis, 2002.

OLIVEIRA, F. **O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção?** 2003. Paper apresentado na Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, F. **O capital contra a democracia**. Instituto Pólis, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, F. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento**. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil". In: SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SACHS, I. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *et al* (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp, 1999.

SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. "ONGs ou movimentos civis?". **Caros Amigos**, v. 7, n. 78, 2003.

SANTOS, B. S. "Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado". *In*: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos *et alli* (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SOUZA, H. "As ONGs na Década de 90". **Comunicações do Iser**, v. 10, n. 41, 1991.

TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge; Un. Press, 1994.

TEIXEIRA, A. C. **Identidades em construção**: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo, Anablume-Fapesp-Pólis, 2003.

TELLES, V; S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos *in*: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90**: política e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1994;

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1999.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. *In*: Albuquerque, J. A. G. (org.). **Classes médias e políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1989.

Sobre as autoras

Sara da Silva Freitas  

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), na Universitu College London (Reino Unido) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).
Email: sarafs77@gmail.com

Janáina Aliano Bloch 

Graduada em Ciências Sociais e mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Ciência do Consumidor pela Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM). Pesquisadora, atuando no mercado financeiro, com análises de comunicação, tendência e consumo.
Email: janabloch@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 01/03/2023. Aceito em: 03/07/2023. Publicado em: 01/10/2023.